



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim Informativo

Índice

05	Entrevista: "O Ministério Público do Estado da Bahia no Enfrentamento à Corrupção: Racionalidade e Planejamento Institucionais."
10	Ações do Cira recuperam mais de R\$ 33 milhões de reais em 2022
11	MP deflagrou 30 operações de combate ao crime organizado em 2022 MP e SSP debatem fortalecimento da atuação integrada no combate à criminalidade na Bahia
12	MP deflagra 'Operação Recôncavo' e cumpre quatro mandados de busca e apreensão em Jequiçá e Santo Antônio de Jesus Reunião discute trabalho de combate à sonegação fiscal do Gaesf
13	Geosp apresenta balanço de atividades e ações para 2023 Investigador da Polícia Civil é condenado a sete anos de prisão por crime de tortura no Município de Remanso
14	Promotores de Justiça do Geosp visitam corregedor-geral da Secretaria de Segurança Pública Planejamento do Cira para 2023 é abordado em reunião com o secretário estadual da Fazenda Reunião debate fortalecimento de parceria entre MP e sociedade civil para aprimorar controle externo da atividade policial
15	Carnaval 2023 – Mais de 50 inspeções técnicas foram realizadas a equipamentos públicos e privados Justiça condena dois policiais militares a mais de dez anos de prisão por crime de tortura seguido de morte em Itapebi
16	Artigo mapeia capacidade de resposta do direito penal a crimes com criptoativos CNJ atualiza portfólio de ações do programa Fazendo Justiça
17	Proteção de dados pauta sistemas informatizados da área socioeducativa e penal Assista aos vídeos do ciclo de formação dos 10 anos da Lei do Sinase Novas ações no campo das inspeções prisionais qualificam respostas do Judiciário
18	Tribunais federais dialogam sobre ações no campo penal e de direitos humanos Alternativas penais: pandemia reforçou necessidade de fortalecer serviços, diz estudo

Índice

19	Política penal: CNJ institui política para fortalecer conselhos da comunidade Audiências de custódia completam oito anos com mais de 1 milhão de registros no país
20	Grupo do CNJ sobre redução da letalidade policial fará visitas a unidades de segurança STF determina realização de audiências de custódia para todos os casos de prisão Presidente do CNJ e do STF lança cartazes sobre audiência de custódia em quatro línguas indígenas
21	Conselho Nacional do Ministério Público e Senasp estreitam relacionamento para tratar de assuntos ligados à segurança pública Estão abertas até 28 de fevereiro inscrições para evento sobre combate ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa
22	CNMP convida interessados a enviar artigos para a revista Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública - 2023 Em reunião do CNPG, grupo de trabalho do CNMP compartilha informações sobre manual de atuação do Ministério Público em grandes eventos
23	Grupo de trabalho do CNMP sobre realização de grandes eventos é recebido pela diretoria da CBF CNMP assina acordo de cooperação para disseminar o método Apac entre os membros do Ministério Público e expandir a metodologia nos municípios
24	Nova regulamentação do Estatuto do Desarmamento é discutida na nona edição do programa Segurança Pública em Foco
25	Dino celebra recadastramento de quase 70 mil armas e reforça: "Brasil não é faroeste de filme"
26	Empresas têm até segunda (13) para envio de cotação de BodyCans Senadores tentam desarquivar projeto sobre prisão em segunda instância
27	Proposta agrava pena de crimes cometidos em circunstâncias como saída temporária Uso de tecnologia da SSP é destaque no Fantástico
28	Prioridade de emprego a mulheres vítimas de violência está na pauta desta terça-feira Reconhecimento Facial capta mais dois foragidos da Justiça
29	Tribunal de Justiça da Bahia torna inconstitucional que Corregedoria da PM investigue mortes causadas pelos próprios policiais

ENTREVISTA



Entrevista



Dra. Mirella Barros Conceição Brito
Promotor de Justiça do MPBA

Entrevista realizada com a Promotora de Justiça, Dra Mirella Barros Conceição Brito, sobre o seu tema de pesquisa e dissertação intitulada: ***"O Ministério Público do Estado da Bahia no Enfrentamento à Corrupção: Racionalidade e Planejamento Institucionais."***

Seja bem-vindo(a)! Acompanhe a entrevista!

01. Quais os motivos que a levaram a pesquisar sobre o tema "O Ministério Público do Estado da Bahia no enfrentamento à corrupção: racionalidade e planejamento institucionais"?

Nas minhas atividades diárias, principalmente na execução dos projetos estratégicos, tentava compreender de que modo a instituição Ministério Público da Bahia desempenha o que havia sido planejado. Parecia-me que a priorização temática seria imposta apenas ao membro que, ao executar as atividades, acabava com uma sobrecarga enorme de serviço em sua unidade, sem efetiva contrapartida institucional. Explico, a minha sensação, enquanto membro do MPBA, era de que a estratégia adotada se satisfazia com a execução purista de atos e diligências, sem efetiva preocupação com os resultados sociais propostos ou o modelo de execução a ser adotado pelos promotores e promotoras de justiça e, como decorrência disto, sem qualquer obrigação de amparo institucional para cumprimento das estratégias.

A atuação constitucionalmente prevista do Ministério Público é muito ampla. Optei, então, por realizar um recorte nas análises a serem feitas. Assim, partindo da premissa que a atuação precípua do MP é a fiscalização das mais diversas políticas públicas, em muitas áreas e segmentos sociais, foquei o olhar para o enfrentamento à corrupção, que acaba por alcançar todos estes vieses. Além disto, a corrupção é um dos poucos fenômenos que permitem atuação exclusiva do órgão quando da busca por responsabilizações, seja na improbidade ou na persecução criminal.

Diante deste cenário, a pesquisa promovida no mestrado focou em estabelecer o que o Ministério Público do Estado da Bahia compreende como corrupção e, o mais relevante, dentro da vastidão de significados deste fenômeno, qual seria a corrupção que reclamaria um olhar mais urgente pelo membro do MPBA?

02. Em sua pesquisa foi possível identificar de que modo o Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado da Bahia influencia as atividades funcionais do órgão para o enfrentamento à corrupção?

[...]

[...] O maior achado da pesquisa – e o mais preocupante – foi a compreensão de que o planejamento estratégico possui nenhuma influência nas atividades finalísticas desenvolvidas pelos órgãos de execução do MPBA, ao contrário do que ocorre nas atividades meio. O mais interessante, neste ponto, é que uma das hipóteses de pesquisa foi a de que a Independência Funcional, prerrogativa cara aos membros do MP, seria um impeditivo para execução do planejamento estratégico. Mas, a minha grande surpresa é que, nas respostas ao formulário eletrônico encaminhado aos membros, para avaliar o entendimento deles sobre o assunto, o resultado foi a proeminência da unidade institucional e a ausência de malferimento à independência do membro na execução de posturas estratégicas, afastando, portanto, a hipótese.

Nas entrevistas realizadas com alguns membros do MPBA com atuação destacada na área, foi possível perceber, por sua vez, que as atuações de relevo, inclusive grandes operações promovidas pelo órgão no período, tiveram início e foram desenvolvidas a partir de aproximação individual do promotor natural do caso aos demais órgãos de controle. Ou seja, apesar de constar interlocução institucional como uma das iniciativas estratégicas a serem desenvolvidas pelo MPBA no período compreendido entre 2011-2023, não existiram convênios ou qualquer outra providência coletiva e institucionalmente construída para execução de atividades funcionais que permitissem maior efetividade no enfrentamento da questão. O MPBA depende das conexões pessoais construídas pelos membros com integrantes de outros órgãos e disponibilidade pessoal – inclusive com as consequências laborais disto, como acúmulo de serviço na unidade – para o desempenho das atividades de persecução no enfrentamento à corrupção.

03. O planejamento estratégico 2011-2023, do Ministério Público do Estado da Bahia fornece os contornos necessários para o enfrentamento dos atos de corrupção pelos promotores de justiça?

Esta pergunta é uma complementação oportuna ao questionamento anterior, já que, na pesquisa, outro aspecto destacado pelos membros entrevistados foi o desconhecimento do que operacionalmente seria o planejado pelo MPBA.

Analisando, então, estas afirmações, busquei os contornos institucionais oferecidos como quadro de concreção do planejamento estratégico. Mais uma vez fui surpreendida com os termos do Ato Normativo nº 022/2012, que traz como obrigação dos Centros de Apoio Operacional a construção do Planejamento Operacional Tático, delineando de que modo as iniciativas estratégicas serão concretizadas, obrigação esta que jamais foi cumprida.

Este, para mim, é o ponto nevrálgico. Sem o planejamento tático/operacional o executor da atividade finalística fica em um campo desconhecido, seja pela falta de modelagem da atuação, seja pela ausência de predição do que ocorrerá na unidade se a atuação estratégica for desempenhada. Além disto, fica também desconhecido de que modo o MPBA atuará institucionalmente, inclusive [...]

[...] por meio de recursos financeiros, para garantir a execução efetiva e oportuna do planejamento estratégico pelos promotores e promotoras de justiça.

Estas são questões graves e que merecem reparo imediato pela gestão estratégica, até para minorar os graves riscos ao membro do Ministério Público de eventual pessoalização das atuações sensíveis promovidas na temática.

04. De acordo como o seu estudo, quais seriam as principais causas da evolução da corrupção no Brasil?

Não compreendo a existência de uma evolução da corrupção. Ao revés, o que ocorre, hoje, é uma profissionalização dos órgãos de Controle trazendo à luz situações fáticas desta natureza. A pesquisadora Celia Pinto retrata a construção histórica do fenômeno de forma muito pertinente, narrando desde o Brasil Colônia. O que contribui para disseminar um sentimento de evolução é a proliferação de órgãos de controle, principalmente da Administração Pública, e uma imprensa livre e ativa, que traz para a claridade os ilícitos perpetrados. Não se trata de evolução, contudo, mas de permanência da corrupção.

Há, ainda, de se compreender que não existe apenas a corrupção perpetrada pelos gestores públicos. Nem sempre se chega efetivamente aos meandros da máquina pública. A corrupção privada existe e é uma categoria pouco trabalhada no Brasil, seja pelos legisladores, seja pelos atores do sistema de segurança pública. Falta esclarecer as molduras jurídicas do fenômeno e analisar o nível de ingerência das relações privadas ilícitas na concreção dos direitos fundamentais e sociais, arcabouço do Estado Democrático.

Na pesquisa realizada foi possível concluir que a maioria dos membros do Ministério Público da Bahia restringe a corrupção àquela afeta à Administração Pública. Mesmo diante deste recorte, eles compreendem que não há recursos humanos e financeiros suficientes para trabalhar a temática de forma mais célere e efetiva. Por isto vislumbra-se o planejamento estratégico como instrumento de autorreflexão do Ministério Público, para buscar um trabalho coeso e adequado ao tema.

ria.

05. A corrupção enfraquece o Estado Democrático de Direito?

O Estado Democrático de Direito é o que enfraquece a corrupção. Como fato praticado sem luzes, não fosse a democracia e todas as prerrogativas dela derivadas, inclusive a estabilidade do funcionalismo público, com norteamento constitucional da transparência dos atos administrativos, possivelmente a corrupção seria praticada sem qualquer tipo de enfrentamento. [...]

[...] É óbvio que há registros de graves perdas financeiras para a execução das políticas públicas, principalmente as essenciais para concreção dos direitos sociais, como Educação e Saúde. Conforme demonstrado em diversos estudos econométricos, muitos promovidos pelo Banco Mundial e organizações de tutela da democracia, como a Transparência Internacional, há perda de até 20% do Produto interno bruto do país. Na lida como Promotora de Justiça, sempre ficou bastante claro o prejuízo decorrente da malversação do recurso público, do clientelismo das relações e do patrimonialismo adotados como máxima por alguns gestores públicos.

O Promotor de Justiça Luciano Taques Ghignone, no texto chamado *Corrupção e eficiência administrativa: um exame à luz da análise econômica do direito*, traz questionamentos importantes sobre o tema. Nele, promove uma análise econômica do fenômeno, apresentando – baseado nas evidências construídas por Susan Rose-Ackerm e Robert Klitgaard, uma fórmula aritmética que traduz a janela de oportunidade para a prática de corrupção: é como uma análise utilitarista do estado da arte pelo agente corrupto, o *rent-seeking*. Sem uma responsabilização adequada, sentem-se premiados, como já disse, com a permanência das condutas ilícitas. A resposta estatal deve ser contemporânea e adequada, para que possamos frear o ímpeto dos agentes para o cometimento destas condutas delitivas.

Mas seria possível ao Ministério Público atuar de que modo no enfrentamento da questão? E neste passo, me chamou atenção o estudo de Luciano, pois ele também questiona o custo-benefício da atuação dos órgãos de controle. Não pode ser uma atuação a qualquer preço, precisamos compreender que nesta expressão aritmética o custo do controle não pode ser maior do que o desvio da corrupção, sob pena de colocarmos em risco o próprio Estado Democrático de Direito.

06. Na sua opinião, quais iniciativas devem ser adotadas pelo MPBA, visando o aperfeiçoamento de atuação anticorrupção?

Há diversas estratégias a serem adotadas pelo Ministério Público no enfrentamento aos atos de corrupção, inclusive como decorrência do grande lastro de atribuições deferido constitucionalmente ao órgão.

Pode o MPBA atuar incentivando transparência dos atos públicos, como estabelecido no projeto estratégico sobre o tema, pautando o que é efetivamente a transparência da administração pública e construindo com os demais órgãos de controle as informações a serem publicizadas e o modo como elas devem ser apresentadas à sociedade. Pode o Ministério Público atuar na estratégia de responsabilização e controle, já que, dentro do vasto repertório de instituições democráticas existentes, é o único órgão com legitimidade ativa para a persecução judicial destas questões. O que não pode mais é o MPBA manter uma arquitetura institucional que permita que os órgãos finalísticos atuem como ilhas. A unidade institucional deve ser respeitada, por meio do aclaramento daquilo a que o órgão se propõe, fornecendo respostas sistêmicas aos problemas sociais postos. [...]

[...] Tomo por exemplo as políticas de segurança pública. Inovação celebrada nesta gestão da Procuradora-Geral Dra Norma Cavalcanti foi o reconhecimento de que a segurança pública é uma política pública e, portanto, deve ser fiscalizada pelo Ministério Público. Percebemos que a Administração Superior já adotou o primeiro passo, compreendeu a complexidade do fenômeno, demonstrando que apenas os promotores criminais não seriam capazes de dar uma resposta social adequada. A área criminal é um eixo da segurança pública e depende de muitos outros, como educação, saúde, meio ambiente, infância e juventude, direitos humanos, entre outros. [...]

Considerações finais

[...]

Qual será o próximo passo? É o mesmo daquele a ser tomado no enfrentamento à corrupção, pois fenômeno também incluído nesta temática. Profissionalização da atuação do Ministério Público, construção das pautas prioritárias, entendimento da multitude de áreas a serem trabalhadas, a transversalidade de todas as áreas de atribuição do Ministério Público nestas questões e a construção de um planejamento estratégico apto a estabelecer laço inquebrantável e unitário, esta sim a prerrogativa mais forte da presença do Ministério Público como ator de proteção do Estado Democrático de Direito.

[Confira a dissertação aqui!](#)

Dra. Mirella Barros Conceição Brito
Salvador, 25 de março de 2023

Notícias do MP

MP/BA, CNJ e CNMP



Ações do Cira recuperam mais de R\$ 33 milhões de reais em 2022



Os integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) se reuniram na manhã de hoje, dia 19/12, na sede do Ministério Público estadual, no CAB, onde foram apresentadas os resultados das principais ações desenvolvidas pelo Comitê em 2022. Na abertura do encontro, a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti destacou a importância do trabalho do Cira, que este ano resultou numa recuperação direta de R\$ 33.393.163,71 aos cofres públicos.

[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

“O MP é a casa da cidadania e o trabalho deste comitê é fundamental para isso, pois fortalece o sistema de Justiça como um todo”, afirmou. Ela dividiu a mesa de abertura com o chefe de gabinete do MP, promotor de Justiça Pedro Maia; o secretário estadual da Fazenda (Sefaz), Manoel Vitório da Silva; o secretário estadual de Segurança Pública, Ricardo Mandarino; a procuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Wanda Valbiraci; e os desembargadores Maria de Lourdes Pinho Medauar e Geder Luiz Rocha Gomes. O chefe de gabinete do MP frisou a importância de incrementar as operações em 2023. “Com os Ciras regionais as oportunidades para a recuperação de ativos são ainda maiores”, destacou Pedro Maia.

Elogiando o que ele chamou de “agenda pró-Estado”, o presidente do Cira, secretário da Fazenda Estadual, Manoel Vitório destacou a importância que ele atribui ao Comitê em 2023. “Entramos em uma nova gestão, na qual o Estado e o País vivem um momento financeiro delicado. Mais do que nunca, o trabalho interinstitucional será decisivo para otimizar recursos e possibilitar resultados”, concluiu o secretário. Também participaram da reunião os promotores de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, secretário-geral do Cira e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp); e Alex Neves, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf). “Estamos atuando num nível de excelência”, afirmou o secretário-geral do Cira, destacando o alcance do Comitê em toda a Bahia, por meio das regionais. “As ações em 2023 serão ainda mais impulsionadas”, salientou Luís Alberto Vasconcelos. O coordenador do Gaesf apresentou um balanço das operações de recuperações de ativos que foram deflagradas pelo Gaesf em conjunto com instituições que fazem parte do Cira e falou sobre a importância da interiorização do Cira, que, este ano, inaugurou a sede de Itabuna se somando aos comitês regionais em Vitória da Conquista, Feira de Santana e Barreiras. [...]



MP deflagrou 30 operações de combate ao crime organizado em 2022

Trinta operações de combate à criminalidade organizada foram deflagradas pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco), em 2022. As operações deram cumprimento a mais de 70 mandados de prisão e 117 de busca e apreensão. Elas representam uma média de cinco atuações do MP desse tipo por bimestre. Algumas foram realizadas em conjunto com o Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp), Promotorias de Justiça da capital e do interior e com a participação de instituições como Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal e força-tarefa de combate a grupos de extermínio da Secretaria de Segurança Pública da Bahia.

Durante as operações, também foram apreendidos aparelhos celulares, joias, armas de fogo, computadores, notebooks e diversos documentos. Tudo com vistas ao desmantelamento de organizações criminosas que atuam no estado e em outras unidades da Federação. Para potencializar a atuação em 2022, o Gaeco intensificou a identificação e repressão de organizações de maior dimensão ou complexidade, que geram maior impacto à coletividade. O MP criou, inclusive, Gaecos Regionais. O Gaeco Regional Norte tem sede em Juazeiro e agrega ainda as comarcas de Jacobina, Paulo Afonso e Senhor do Bonfim; e o Sul, com base em Porto Seguro, abarca também as comarcas de Eunápolis e Teixeira de Freitas. [...]

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

MP e SSP debatem fortalecimento da atuação integrada no combate à criminalidade na Bahia

Temas relacionados à segurança pública na Bahia e aspectos operacionais atinentes à cooperação entre o Ministério Público estadual e os órgãos que integram a Secretaria de Segurança Pública (SSP) foram debatidos ontem, dia 10, em reunião com a participação do secretário da SSP, Marcelo Werner, o chefe de gabinete do órgão, Nelson Gaspar Neto, e os promotores de Justiça Pedro Maia, chefe de Gabinete do MP; André Lavigne, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim); Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp); e Fabrício Patury, coordenador da Comissão de Gestão da Informação (Cogi). A reunião teve como enfoque principal a atuação integrada e a cooperação entre as instituições para fortalecer o combate à criminalidade no estado.



[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

MP deflagra 'Operação Recôncavo' e cumpre quatro mandados de busca e apreensão em Jequiçá e Santo Antônio de Jesus

O Ministério Público estadual deflagrou na manhã desta terça-feira, dia, 31, a 'Operação Recôncavo' que cumpriu quatro mandados de busca e apreensão nos Municípios de Jequiçá e Santo Antônio de Jesus. A operação foi deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp), o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) e a 3ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus e teve o apoio da força-tarefa de combate a crimes praticados por policiais civis e militares, da Corregedoria da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP).

Os mandados, que foram expedidos pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Santo Antônio de Jesus, foram cumpridos nas residências de quatro policiais militares investigados em razão do homicídio de Jacson Cleiton Santos Andrade, em março de 2022, em Santo Antônio de Jesus.

A ação visa coletar indícios que comprovem o envolvimento em possíveis atos ilícitos, no exercício da atividade policial. Os policiais são investigados pela prática do crime de homicídio. Todo o material apreendido será submetido a conferência e análise pelos promotores de Justiça do Gaeco e, posteriormente, encaminhado aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis.

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Reunião discute trabalho de combate à sonegação fiscal do Gaesf

A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, acompanhada dos promotores de Justiça Pedro Maia, chefe de gabinete, e Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), visitou na manhã desta quarta-feira, dia 1º, a sede do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf). Na ocasião, a chefe do MP baiano ressaltou a importância das ações realizadas pelo grupo no combate à sonegação fiscal. "Vocês desempenham um trabalho que fortalece a atuação do Estado em áreas sociais prioritárias ao combater os sonegadores e permitir a recuperação de ativos", destacou a PGJ.



A atuação do Gaesf é estratégica para o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) que, em conjunto com outras instituições, tem o objetivo de ampliar a eficiência do setor público no enfrentamento à sonegação. Somente em 2022, o grupo foi responsável pela recuperação direta de mais de R\$ 33 milhões aos cofres públicos. "Fico muito feliz em ver o trabalho de excelência realizado pelo Gaesf há mais de uma década. Estamos no início do ano, com as esperanças renovadas e boas perspectivas na recuperação de ativos. Desejo que o MP, por meio do Gaesf, continue cumprindo sua obrigação e sendo decisivo nas ações de recuperação fiscal", afirmou o chefe de gabinete Pedro Maia. Além de apresentar as ações planejadas para 2023, o coordenador do Gaesf, promotor de Justiça Alex Neves ressaltou que já está em curso uma ação de recuperação de cerca de R\$ 12 milhões de reais para os cofres do Estado. "É um ano de muita expectativa em relação ao trabalho do grupo". [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Geosp apresenta balanço de atividades e ações para 2023

A promotora de Justiça Aline Cotrim, coordenadora do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública do Ministério Público estadual (Geosp), junto com os promotores de Justiça Thomás Brito e Fernanda Presgrave, apresentaram na tarde desta quarta-feira, dia 1º, um balanço das atividades desenvolvidas em 2022 pelo grupo e o plano de atuação para este ano. O encontro aconteceu no gabinete da procuradoria-geral de Justiça, no CAB. Na ocasião, a atuação dos promotores de Justiça foi ressaltada pela chefe do MP baiano, Norma Cavalcanti. “Gostaria de destacar a atuação elogiável dos integrantes do grupo. O sentimento é de gratidão pelo trabalho do Geosp”.

A promotora de Justiça Aline Cotrim destacou o crescimento do grupo na gestão atual do MP, que se tornou “no último ano um órgão estratégico de gestão da segurança pública”. Em 2021, o Geosp estava presente com ações em cinco comarcas. Já no último ano, o grupo passou a atuar com procedimentos num total de 22 comarcas, estando presente em quase todas as regiões do Estado. “Além disso, tivemos um incremento das parcerias com o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), a Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência (CSI) e com as promotorias de Controle Externo da Atividade Policial (Ceap)”, ressaltou a coordenadora do Geosp, Aline Cotrim. [...]



Sobre o Geosp

O Geosp tem como prioridades exercer funções institucionais de controle externo da atividade policial, defesa social e tutela difusa da segurança pública. O grupo, que foi criado em junho de 2021, atua em casos de alta complexidade, interesse social e abrangência territorial de mais de uma comarca, ou de relevância institucional que exija a utilização de instrumentos empregados na promoção e tutela coletiva de direitos fundamentais e de efetivação de políticas públicas. Além disso, o grupo pode atuar em todas as comarcas do estado em conjunto com o promotor de Justiça natural, com a finalidade de assegurar a legalidade, regularidade e maior eficácia na área de segurança pública, podendo, inclusive, auxiliar na fiscalização e efetivação de políticas públicas da área. Também promove intercâmbio com os órgãos de controle da atividade policial, e pode sugerir a realização de cursos relacionados à área de atuação, colaborar com os poderes públicos, e praticar todos os atos próprios da atividade finalística do MP relativos à atribuição.

[Leia mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Investigador da Polícia Civil é condenado a sete anos de prisão por crime de tortura no Município de Remanso

A Justiça condenou um investigador da Polícia Civil (PC) a sete anos, um mês e três dias de prisão pela prática do crime de tortura qualificada contra um idoso de 74 anos, no dia 20 de janeiro de 2022, no Município de Remanso. A condenação em primeira instância foi resultado de uma investigação criminal promovida pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) e Grupo de Apoio Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que resultou na ‘Operação Istambul’, deflagrada em março de 2022, quando foi cumprida a prisão preventiva do investigador.

A investigação do MP foi conduzida de acordo com o regulamento do Protocolo de Istambul, que é um manual para a investigação e documentação eficaz da tortura e outras penas ou tratamentos desumanos, produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na decisão, o juiz manteve a prisão preventiva do investigador da PC, que se encontra preso no Presídio de Serrinha, e decretou a perda do cargo público do investigador de polícia. O réu cumprirá a pena inicialmente no regime semiaberto.

Conforme consta na denúncia, o crime de tortura foi praticado pelo agente público no dia 20 de janeiro de 2022, contra um idoso de 74 anos, que se encontrava sob o poder do investigador de polícia em razão de prisão em flagrante. O idoso foi submetido a intenso sofrimento físico e mental, por força das agressões sofridas, com o fim de obtenção de confissão do cometimento de crimes que lhes foram imputados, bem como com o intuito de aplicar à vítima castigo pessoal

[Leia mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Promotores de Justiça do Geosp visitam corregedor-geral da Secretaria de Segurança Pública



A promotora de Justiça Aline Cotrim, coordenadora do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública do Ministério Público estadual (Geosp), junto com os promotores de Justiça Thomás Brito e Fernanda Presgrave fizeram uma visita institucional ao corregedor-geral da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), Antônio Sérgio Mendes. Na ocasião foram discutidas ações para o controle externo da atividade policial, bem como medidas pertinentes à estruturação dos órgãos que atuam na investigação criminal. O promotor de Justiça aposentado Sérgio Mendes tomou posse como corregedor-geral da SSP no dia 31 de janeiro e uma de suas funções é assessorar o secretário estadual da Segurança Pública, Marcelo Werner, e realizar o controle e a avaliação do funcionamento dos órgãos policiais integrantes da segurança pública estadual.

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Planejamento do Cira para 2023 é abordado em reunião com o secretário estadual da Fazenda



Os promotores de Justiça Pedro Maia, chefe de Gabinete do Ministério Público estadual, e Luís Alberto Vasconcelos, secretário-geral do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), realizaram visita de cortesia ao secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitória, hoje dia 10. Durante o encontro, foram tratados assuntos de interesse institucional e o planejamento do Cira para o ano de 2023. Também participou da reunião o superintendente de Administração Tributária da Sefaz, José Luiz Souza.

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Reunião debate fortalecimento de parceria entre MP e sociedade civil para aprimorar controle externo da atividade policial



Reunião entre o Ministério Público estadual, a Anistia Internacional do Brasil, representantes da sociedade civil organizada, familiares de vítimas de violência e Defensoria Pública do Estado discutiu ontem, 14, medidas e estratégias de construção e fortalecimento de uma parceria entre o MP, entidades da sociedade civil e estatais para o aprimoramento do controle externo da atividade policial como forma de buscar e atingir a redução significativa da letalidade decorrente de ações policiais na Bahia. O MP baiano apresentou as ações e projetos em andamento que têm, nos últimos dois anos, reestruturado, reorganizado e intensificado a atuação da Instituição para implementação de políticas que colaborem com uma intervenção policial mais efetiva e eficiente para resguardar vidas e gerar segurança pública no estado. [...] “Estreitar essa parceria para que todo mundo cumpra seu papel é nosso objetivo e caminho a percorrer. O MP nos receber e apresentar seu projeto e forma de atuação do controle externo da atividade policial é muito importante. Temos grande expectativa. Queria agradecer a disposição, a abertura e o empenho para nós da Anistia Internacional. A gente busca respostas, Justiça, pois se trata de gente que foi morta pela mão do Estado. Continuaremos nesse dialogo”, afirmou Jurema Werneck. O PGJ Adjunto Paulo Marcelo destacou o aprimoramento da interlocução entre o MP e a sociedade civil organizada e pontuou a relevância que o MP baiano tem dado ao tema da letalidade policial. [...]

[Saiba mais.](#)
[Notícia adaptada.](#)
[Fonte: MPBA](#)

Carnaval 2023 – Mais de 50 inspeções técnicas foram realizadas a equipamentos públicos e privados

O Ministério Público estadual realizou durante o plantão integrado do Carnaval 2023 mais de 50 visitas ou inspeções técnicas aos equipamentos públicos e privados montados nos circuitos da festa, entre módulos de saúde, postos de Conselhos Tutelares, Centros de Acolhimento a crianças e adolescentes, centrais de coleta seletiva, módulos policiais e camarotes.

O MP também promoveu, durante a folia, a campanha “Não é Não”, de cunho educativo para prevenção e combate à importunação sexual, que contemplou ações de conscientização pelas ruas e visitas institucionais às Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam) e a Especializada em Racismo e Intolerância Religiosa, à Defensoria Pública do Estado, ao Observatório da Discriminação racial, LGBT e Violência contra a Mulher e às Secretarias municipais de Política para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ) e de Reparação (Semur). Foram realizadas também visitas institucionais e reuniões com órgãos responsáveis para fortalecer parcerias e ações de ajustes da festa em andamento e visando edições futuras. Durante seis dias de plantão, foram instaurados 331 procedimentos para apurar notícias de fato referentes ao Carnaval na capital.

Iniciado na última quinta-feira, dia 16, o plantão se encerra às 20h de hoje, dia 22. Nesta quarta-feira de cinzas, acompanhada do chefe de Gabinete, promotor de Justiça Pedro Maia e do subcoordenador do MP no Carnaval, promotor de Justiça Luís Alberto Pereira, a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti participou do encerramento oficial da festa, realizado no camarote da Polícia Militar, em Ondina, com a presença do governador Jerônimo Rodrigues, vice-governador Geraldo Júnior, secretários de Estado e outras autoridades.

Na ocasião, a chefe do MP baiano foi homenageada pelo comandante da PM, coronel Paulo Coutinho, com o troféu Nossa Força, de reconhecimento ao trabalho daqueles que contribuíram para a realização segura do evento. “O MP atuou com muito empenho, por meio de promotores e servidores dedicados, cumprindo sua missão constitucional de defender os direitos da população e zelar pela democracia, contribuindo com as demais instituições do Estado para que o Carnaval, de caráter tão democrático, ocorresse em tranquilidade e segurança para todos foliões, baianos e turistas”, afirmou a PGJ, parabenizando o trabalho do MP. [...]



Justiça condena dois policiais militares a mais de dez anos de prisão por crime de tortura seguido de morte em Itapebi

Após denúncia oferecida pelo Ministério Público estadual, o Juízo da Vara de Auditoria Militar condenou, no último dia 14, dois policiais militares a dez anos, seis meses e 24 dias de prisão em razão do crime de tortura seguido de morte de um homem, em janeiro de 2022, no Município de Itapebi. Os policiais vão cumprir a pena em regime inicialmente fechado. Na decisão, o juiz Paulo Roberto Santos de Oliveira determinou a manutenção da prisão preventiva dos réus.

A denúncia foi oferecida pelos promotores de Justiça que atuam no Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública do Ministério Público estadual (Geosp) e pela 6ª Promotoria de Justiça de Eunápolis. Conforme consta na denúncia, no dia 16 de janeiro de 2022, por volta das 17h, no Município de Itapebi, os réus teriam provocado “intenso sofrimento físico e mental” em Epaminondas Batista Mota, com o objetivo de obter a confissão sobre o furto de um aparelho celular. A denúncia destaca que “os atos de tortura praticados pelos dois policiais causaram a morte da vítima”. Durante a instrução criminal, o MP atuou por meio dos promotores de Justiça da Vara de Auditoria Militar e do Geosp.

[Leia mais.](#)
[Notícia adaptada.](#)
[Fonte: MPBA](#)



[Leia mais.](#) [Notícia adaptada.](#) [Fonte: MPBA](#)

Artigo mapeia capacidade de resposta do direito penal a crimes com criptoativos

Em “Persecução penal, regulação e desafios práticos dos criptoativos”, artigo publicado na mais recente edição da [Revista Eletrônica do Conselho Nacional de Justiça \(e-Revista CNJ\)](#), a conselheira do CNJ Salise Sanchotene e a pesquisadora Doris Canen apresentam as condições atuais de que o Sistema de Justiça dispõe para abordar um novo tipo de crime, cometido para lavar dinheiro por meio de transações de moedas virtuais, ou criptoativos. As autoras mostram como a evolução tecnológica impõe, ao direito penal, a necessidade de uma evolução institucional para que o sistema de Justiça consiga responder a essa nova face da criminalidade.

A crescente adoção das moedas virtuais e as suas particularidades comprometem a capacidade de o Estado regular as atividades realizadas no sistema paralelo de emissão e movimentação dos criptoativos. No artigo, as autoras tratam do uso da tecnologia *blockchain* para registro das transações realizadas com criptomonedas, um exemplo dos modos característicos de compra, venda, troca e armazenamento desses ativos. Traçam, ainda, um panorama da regulação do setor – incipiente, na avaliação das pesquisadoras – a partir das referências internacionais e dos normativos recentemente implantados no Brasil [...]

Salise Sanchotene, doutora em direito público pela Universidad Autónoma de Madrid, e Doris Canen, mestra em direito pela King’s College London, analisam também as possibilidades de desenvolvimento de novos instrumentos legais e procedimentos que favoreçam sobretudo a persecução penal de quem usa esses ativos para lavar dinheiro em um ambiente seguro. A cooperação interinstitucional é uma experiência em curso nos Estados Unidos da América que poderia ser aproveitada no Brasil, assim como as parcerias com empresas especializadas e o incentivo à pesquisa científica na área.

CNJ atualiza portfólio de ações do programa Fazendo Justiça



O programa Fazendo Justiça, executado pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, atuará em 29 frentes estratégicas no ciclo 2022/2023 para acelerar transformações no campo da privação de liberdade. Para conhecer as ações de forma simplificada e objetiva, acesse os folders explicativos de cada uma delas:

[Confira 29 ações simultâneas do Programa Fazendo Justiça](#)

Sob a coordenação do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), o programa desenvolve metodologias e facilita serviços e novos produtos, promove capacitações, desenvolve soluções em tecnologia e reúne as melhores práticas para diferentes fases e necessidades dos ciclos penal e socioeducativo, da porta de entrada até a porta de saída. [...]

O programa dialoga com diversas ações listadas como prioritárias pela ministra Rosa Weber, considerando as especificidades da privação de liberdade, em especial a que prevê a efetividade na aplicação do direito infracional e penal, incluindo a dignidade na execução penal e de medidas socioeducativas, com foco na integração dessas pessoas à sociedade [...]

Proteção de dados pauta sistemas informatizados da área socioeducativa e penal

Dados pessoais de partes, advogados, magistrados e servidores estão dispostos em mais de um milhão de processos distribuídos na esfera criminal e na socioeducativa do Poder Judiciário brasileiro.



Para garantir o respeito à privacidade dessas pessoas e mitigar riscos no tratamento de dados pessoais, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) trabalha na correta adequação de seus sistemas de informação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei n. 13.709/2018) e aposta no treinamento dos servidores.

A Plataforma Socioeducativa (PSE), que fará o controle do cumprimento de medidas socioeducativas, é o primeiro sistema desenvolvido pelo CNJ inteiramente sob a vigência da LGPD. Com lançamento previsto para 2023, seu funcionamento será acompanhado de um manual de lei de proteção de dados pessoais e terá fluxos e ferramentas para rastrear o uso das informações pelos usuários e evitar vazamentos. Futuramente, os mesmos padrões e fluxos serão utilizados no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), plataforma que centraliza e uniformiza a gestão de processos de execução penal no país. [...]

O efeito prático da LGPD é proporcionar maior camada protetiva no tratamento de dados de cidadãos. No âmbito do direito público e privado, a excepcionalidade está no fato de que esses dados são manejados em atividades que envolvem segurança pública e investigação. Nos campos penal e socioeducativo, a LGPD determina que o tratamento de dados pessoais deve ser objeto de uma legislação específica. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Assista aos vídeos do ciclo de formação dos 10 anos da Lei do Sinase

Ao longo de 2022, quando se comemorou 10 anos da aprovação da [Lei n. 12.594/2012](#), o Conselho Nacional de Justiça realizou o evento 'Jornadas Formativas: 10 anos da Lei do Sistema Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)'. No mês em que se completa o décimo primeiro aniversário da norma, registros dos oito encontros estão disponíveis agora no canal do CNJ no Youtube.

O evento integra as ações do programa Fazendo Justiça, coordenado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para incidir em desafios no campo da privação de liberdade, e reuniu mais de mil participantes entre atores do Sistema de Justiça e do Sistema de Garantia de Direitos. [...]

A coordenadora técnica da área socioeducativa do Fazendo Justiça, Fernanda Givisiez, avaliou positivamente os resultados das Jornadas. "Formamos diversos atores dentro do Sistema de Garantia de Direitos, desde magistrados, promotores, defensores públicos até gestores e trabalhadores na ponta. São profissionais que estão dentro das unidades e serviços e interessados em buscar soluções aos desafios do sistema", disse. A publicação das mesas de palestras e debates, completa, torna-se agora um instrumento de capacitação permanente sobre o ciclo socioeducativo.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Novas ações no campo das inspeções prisionais qualificam respostas do Judiciário

Atividade fundamental na execução penal, as inspeções judiciais nos estabelecimentos prisionais são objeto de ações em andamento no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para apoiar tribunais, magistrados e magistradas a qualificar a atuação neste campo. A ação coordenada pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ) parte de normas e diretrizes nacionais e internacionais de direitos humanos, refinando instrumentos, técnicas e metodologias de monitoramento para a potencializar os efeitos da atuação judicial.

"A Justiça funciona bem não apenas quando responsabiliza quem deve ser responsabilizado, mas quando garante que a execução da pena está dentro dos limites da sentença, da legislação, e dos tratados internacionais dos quais o país é signatário, a exemplo da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas, internalizada em 1991", avalia o coordenador do DMF/CNJ, Luís Lanfredi. "Se não oferecermos uma execução penal digna e livre de tortura e maus-tratos, não podemos caminhar para uma sociedade cidadã e inclusiva".

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Tribunais federais dialogam sobre ações no campo penal e de direitos humanos

Com o objetivo de fortalecer o trabalho da Justiça Federal para transformações no sistema penal e na concretização de decisões internacionais de direitos humanos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de seu Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), realizou, nesta segunda-feira (6/2), reunião técnica com os Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMFs) dos Tribunais Regionais Federais (TRFs).

Instalados desde 2009 na Justiça Estadual, os GMFs passaram a ter previsão de funcionamento na Justiça Federal em 2015, com a [Resolução CNJ n. 214/2015](#). Embora os TRFs tenham participado de outras reuniões do CNJ com os grupos, esta foi a primeira agenda focada em pautas exclusivas da Justiça Federal. “Esperamos que este primeiro encontro ajude a apontar caminhos convergentes para a melhor estruturação e atuação dos grupos dos TRFs, considerando propostas, iniciativas e pontos de atenção exaradas”, explicou o juiz auxiliar da presidência do CNJ e coordenador do DMF, Luís Lanfredi. [...]

Segundo o juiz federal com atuação no DMF/CNJ João Felipe Lopes, o diálogo com os TRFs seguirá periodicamente para ampliar o alinhamento e a parametrização das atuações dos tribunais. “Consideramos que, em uma próxima rodada de diálogos, possamos adentrar em questões pormenorizadas da Justiça Federal, promovendo uniformização de procedimentos e seguindo com a disseminação de boas práticas e troca de experiências”. [...]



[Leia na íntegra. Notícia Adaptada. Fonte: CNJ](#)

Alternativas penais: pandemia reforçou necessidade de fortalecer serviços, diz estudo

Estudo inédito sobre o funcionamento dos serviços de alternativas penais durante a pandemia de covid-19 a partir de recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) identificou situações como a falta de estrutura e de pessoal, assim como de padronização sobre o cumprimento das medidas. O estudo analisou a situação de Centrais Integradas de Alternativas Penais em 18 capitais, a partir do retorno a questionários enviados a tribunais de 27 unidades da Federação.

[Confira a publicação – Levantamento nacional sobre a atuação dos serviços de alternativas penais no contexto da covid-19](#)

Ao levantar informações sobre características locais, estrutura física e de pessoal, atividades das centrais e dos Juízos durante a pandemia, fluxo de casos e perfil dos atendidos, também foram identificadas situações de baixo acompanhamento de medidas e de sistematização de dados sobre o perfil dos atendidos. [...]



De maneira geral, a maioria das Centrais considerou as recomendações emitidas pelo CNJ no período, porém há desafios a serem superados para a retomada e fortalecimento dos serviços no contexto pós-pandemia.

“[As medidas sanitárias] evidenciaram a necessidade de suporte assistencial aos atendidos e às suas famílias paralelamente ao acompanhamento das medidas, dado que a vulnerabilidade desses grupos é alta e tornou-se maior durante a pandemia”, aponta trecho do estudo.

Para o juiz coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ), Luís Lanfredi [...] “Os avanços legais e normativos projetam as alternativas penais como resposta a problemas persistentes no campo prisional, mas avanços de longo prazo demandam mobilização em diferentes frentes estratégicas, além de a criação de estrutura, física e de recursos humanos, para reforçar o leque de responsabilizações diversas do para além do encarceramento”, afirma o coordenador do DMF.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Política penal: CNJ institui política para fortalecer conselhos da comunidade



O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, a Política Judiciária para o Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade, órgãos da execução penal integrados por representantes de diversos segmentos da sociedade com a finalidade de fortalecer a atuação da sociedade civil na formulação, no monitoramento, no controle e na fiscalização das políticas penais. As diretrizes, que avançam na ampliação da representatividade social e na sustentabilidade dos conselhos, foram debatidas na 1.ª Sessão Ordinária de 2023, na terça-feira (14/2).

O Ato Normativo 0002903-66.2022.2.00.0000 impulsiona o princípio da Constituição Federal sobre a participação da sociedade civil nos ciclos de formulação, execução e fiscalização das políticas públicas. A política judiciária também vai possibilitar melhor integração entre os estabelecimentos prisionais e as políticas públicas sociais, por meio do reconhecimento de que os direitos de cidadania não cessam com a privação de liberdade.

A nova resolução detalha não apenas a conceituação e as regras para instalação dos conselhos conforme a legislação, como também traz elementos com foco na sustentabilidade das operações, uma vez que esses órgãos enfrentam dificuldades históricas de funcionamento em todo país. Segundo [levantamento publicado pelo CNJ em 2022](#), 39% dos 404 conselhos pesquisados tiveram sua atividade interrompida em algum momento. Apenas 31% realizavam visitas mensais aos espaços de privação de liberdade, uma das atribuições previstas em lei. O estudo e a Política foram coordenados e organizados pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) por meio do [Programa Fazendo Justiça](#). [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)



Audiências de custódia completam oito anos com mais de 1 milhão de registros no país

Há oito anos, acontecia a primeira audiência de custódia no país, garantindo o direito de toda pessoa ser apresentada a um juiz ou juíza logo após a prisão. Desde então, são mais de 1,1 milhão de audiências realizadas, permitindo maior atenção do Judiciário à porta de entrada do sistema penal. Além disso, o instituto garante encaminhamento para serviços de proteção social – mais de 47,7 mil desde 2015 – e apuração de eventuais casos de tortura ou de maus-tratos no ato da prisão, com mais de 83,7 mil registros. Dados do Executivo Federal indicam que, desde o início da operação das audiências de custódia, houve redução do percentual de prisões provisórias no país – de 40,13% do total em 2014 para 26,48% em 2022.

Em processo de retomada no formato presencial após a pandemia de covid-19, de forma alinhada a entendimentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o trabalho presencial com o fim da emergência sanitária, o fortalecimento das audiências de custódia vem sendo abordado em diferentes frentes de ação. [...] De acordo com o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, Luís Lanfredi, as audiências de custódia levantaram questões de fundo para se pensar o encarceramento no país ao trazerem uma maior atenção à porta de entrada do sistema prisional. “O Estado e a sociedade passaram a estar mais atentos a como se prende e a quem se prende, especialmente no caso das prisões em flagrante, que são a grande maioria dos casos levados para a custódia”. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Grupo do CNJ sobre redução da letalidade policial fará visitas a unidades de segurança

Integrantes do Grupo de Trabalho (GT) “Polícia Cidadã – Redução da Letalidade Policial”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visitarão as unidades da polícia militar e da polícia civil do Distrito Federal e do Rio Janeiro para obter subsídios para elaboração de sugestões e propostas de ações que contribuam para melhorar a atuação policial. A presença nas unidades foi definida na quinta-feira (23/2), quando ocorreu a primeira reunião do GT e a definição do cronograma de atividades. As visitas estão previstas para acontecerem em março.

O GT “Polícia Cidadã” foi instituído pelo CNJ no final do ano passado. A medida atendeu determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 635. No julgamento, o Plenário do STF referendou liminar concedida pelo ministro Edson Fachin, que limitou a realização de operações policiais em comunidades do estado do Rio de Janeiro durante a pandemia de covid-19. [...]

Coordenado pelo conselheiro do CNJ João Paulo Schoucair, o GT conta com a participação do também conselheiro do CNJ Marcio Freitas, de juízes auxiliares da Presidência do CNJ, integrantes do Ministério Público, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), das secretarias estaduais de Segurança Pública, das polícias, do Ministério Público, de entidades de defesa dos direitos humanos, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e acadêmicos.



[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

STF determina realização de audiências de custódia para todos os casos de prisão

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que todos os tribunais do país e todos os juízos a eles vinculados devem realizar, no prazo de 24 horas, audiência de custódia em todas as modalidades de prisão. A decisão unânime foi tomada na Reclamação (RCL) 29303, julgada procedente na sessão virtual encerrada em 3/3.

Uniformidade

O Plenário confirmou liminar deferida pelo relator do processo, ministro Edson Fachin, em dezembro de 2020. Atendendo a pedido da Defensoria Pública da União (DPU), o ministro concluiu que são inadequados atos normativos de tribunais que restringem a realização da audiência de custódia apenas às prisões em flagrante. A seu ver, a matéria exige uniformidade, para evitar discrepâncias de tratamento em todo o território nacional, independentemente do estado da federação em que tenha ocorrido a prisão.

Ao votar no mérito da reclamação, Fachin explicou que a realização das audiências, no prazo de 24 horas, devem englobar, além da prisão em flagrante, as prisões preventivas, temporárias, preventivas para fins de extradição, decorrentes de descumprimento de medidas cautelares diversas, de violação de monitoramento eletrônico e definitivas para fins de execução da pena.

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Presidente do CNJ e do STF lança cartazes sobre audiência de custódia em quatro línguas indígenas



A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, lançou nesta segunda-feira (20),

em Tabatinga (AM), cartazes que explicam o funcionamento das audiências de custódia e os direitos dos presos em quatro línguas indígenas – Tikuna, Marubo, Kanamari e Matis. Entre os assuntos abordados nos cartazes, estão os direitos das pessoas presas e informações sobre trabalho, renda, educação, saúde, moradia e benefícios socioassistenciais, além de prevenção à violência. Em 2022, cartazes já haviam sido lançados nas línguas Baniwa, Nheengatu e Tukano.

Durante o evento em Tabatinga, a ministra afirmou que o lançamento dos cartazes reflete a caminhada e a vocação do Poder Judiciário para garantia dos direitos constitucionais dos indígenas, como garantia da informação e da preservação da cultura. [...]

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Conselho Nacional do Ministério Público e Senasp estreitam relacionamento para tratar de assuntos ligados à segurança pública

Representantes das instituições se reuniram para estreitamento do diálogo e de contatos no âmbito da segurança pública

Aproximação entre as instituições para tratar de assuntos ligados à segurança pública. Esse foi o objetivo da visita dos conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público Jaime de Cassio Miranda e Ângelo Fabiano Farias ao secretário nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar, na quarta-feira, 25 de janeiro.

Jaime de Cassio é presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP). Ângelo Fabiano é presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (Cpamp).

Durante a visita institucional, foi entregue a [Revista MP e o Sistema de Segurança Pública brasileiro](#), produzida pela CSP. Lançada em 2022, a publicação traz artigos de membros do Ministério Público, de agentes dos Sistemas de Justiça e de Segurança Pública. Além de especialistas no tema. Entre os diversos tópicos abordados estão criminologia, execução penal, intervenção policial, sistema carcerário, milícias, provas digitais e tráfico de drogas.

[Saiba mais. Fonte: CNMP](#)



Estão abertas até 28 de fevereiro inscrições para evento sobre combate ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa

São oferecidas, ao menos, quatro vagas para membros do MP



Membros do Ministério Público brasileiro podem se inscrever, até a próxima terça-feira, 28 de fevereiro, para o seminário que abordará a prevenção e o combate ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (em inglês, chamado de Countering the Financing of Proliferation Workshop), que será realizado nos dias 13 e 14 de abril, em Brasília, pelo Royal United Services Institute for Defense and Security Studies (Rusi).

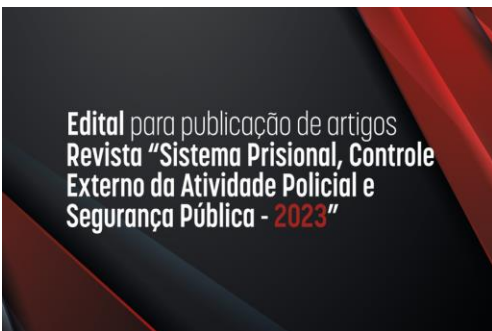
O convite foi feito pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Estão sendo oferecidas, ao menos, quatro vagas para membros do Ministério Público. As inscrições podem ser feitas por meio de [formulário on-line](#). O workshop, que será realizado das 8h30 às 15h30, é gratuito, destina-se integrantes do poder público e contará com serviço de tradução simultânea.

De acordo com o presidente do Coaf, Ricardo Lião, trata-se de “valiosa oportunidade de contato com conhecimento especializado sobre matéria relevante para a atuação do Ministério Público do país no contexto do sistema brasileiro de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa”. [...]

[Leia na íntegra. Notícia Adaptada. Fonte:CNMP](#)

CNMP convida interessados a enviar artigos para a revista Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública - 2023

Iniciativa é da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública. Textos podem ser enviados até o dia 12 de junho



O presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conselheiro Jaime de Cassio Miranda, convidou membros e servidores do MP, integrantes de outras carreiras jurídicas e especialistas na área de segurança pública para a publicação de artigos acadêmicos de cunho jurídico e social na revista “Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública - 2023”, editada pelo CNMP.

O convite foi feito durante a 2ª Sessão Ordinária do CNMP, realizada nesta terça-feira, 28 de fevereiro. Os interessados têm até o dia 12 de junho para envio do artigo, que deve ser encaminhado ao e-mail csp@cnmp.mp.br em formato DOC, DOCX, RTF ou ODT, acompanhado do formulário de submissão constante no Anexo II do Edital nº 01/2023/CSP.

O conselheiro Jaime de Cassio Miranda afirmou que “a CSP, firme na sua missão regimental de propor, acompanhar e aprofundar o estudo de temas de interesse do Ministério Público brasileiro na seara da segurança pública, pela qual perpassam, necessariamente, o sistema prisional e o controle externo da atividade policial, conclama os interessados a se debruçarem sobre suas matérias de eleição e a contribuírem com essa relevante publicação”. [...]

[Leia na íntegra. Notícia Adaptada. Fonte: CNMP](#)

Em reunião do CNPG, grupo de trabalho do CNMP compartilha informações sobre manual de atuação do Ministério Público em grandes eventos

Grupo de trabalho é vinculado à Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP

Hoje e amanhã, 9 e 10 de março, o grupo de trabalho criado para elaborar o manual de atuação do Ministério Público brasileiro em grandes eventos participa da reunião da Comissão Permanente de Prevenção à Violência nos Estádios, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPG). O encontro ocorre na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Na ocasião, os integrantes do GT compartilharão informações sobre as atividades até agora desenvolvidas e fornecerão subsídios para o anteprojeto do manual.

O grupo de trabalho é vinculado à Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), presidida pelo conselheiro Jaime de Cassio Miranda. Além do presidente, integram a comitiva os integrantes do GT Eduardo Sabo, Alexandre José de Barros Leal Saraiva e Márcio Bressani.



[Leia mais. Fonte: CNMP](#)

Grupo de trabalho do CNMP sobre realização de grandes eventos é recebido pela diretoria da CBF

GT pretende elaborar manual de atuação do Ministério Público em grandes eventos

Nessa quinta-feira, 9 de março, o grupo de trabalho sobre realização de grandes eventos do Conselho Nacional do Ministério Público visitou a sede da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), localizada no Rio de Janeiro. Durante o encontro, foram apresentadas as tarefas já realizadas pelo GT, que é destinado a realizar estudos para a elaboração de manual de atuação do Ministério Público em grandes eventos.

O grupo de trabalho, instituído pela Portaria CNMP-PRESI nº 330/2022, é vinculado à Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do CNMP, presidida pelo conselheiro Jaime de Cassio Miranda.

Além do presidente da CSP, também participaram da visita os integrantes do GT Eduardo Sabo, Alexandre José de Barros Leal Saraiva e Márcio Bressani. A comitiva foi recebida pelo diretor jurídico da CBF, Gamil Föppel; pelo diretor de competições, Júlio Avelar; pelo diretor de governança e conformidade, Hélio Menezes; pela integrante do Gabinete Jurídico Regina Sampaio; pelo presidente da comissão de árbitros, Wilson Luiz Seneme; e pelo advogado Vantuil Gonçalves.

[Saiba mais. Fonte: CNMP](#)



CNMP assina acordo de cooperação para disseminar o método Apac entre os membros do Ministério Público e expandir a metodologia nos municípios

O método Apac tem o objetivo de promover a humanização de prisões e evitar a reincidência no crime



O Conselho Nacional do Ministério Público assinou acordo de cooperação com a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) para disseminar a metodologia da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) entre os membros do Ministério Público brasileiro a fim de que eles promovam a expansão do método nos municípios. A solenidade de assinatura ocorreu nesta terça-feira, 14 de março, durante a 3ª Sessão Ordinária de 2023 do CNMP.

A iniciativa de firmar o acordo foi da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do CNMP, presidida pelo conselheiro Jaime de Cassio Miranda, que, em 2022, lançou o projeto de difusão do método Apac de recuperação.

O método Apac tem o objetivo de promover a humanização de prisões, evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para a recuperação dos condenados inseridos no sistema prisional. A Apac é uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria e sem fins lucrativos, que visa a auxiliar os Poderes Judiciário e Executivo na execução da pena, recuperando o preso, protegendo a sociedade e socorrendo as vítimas. [...]

De acordo com D’Albuquerque, o acordo “visa a amenizar os efeitos deletérios do cárcere, em prol daquela que deve ser uma das finalidades primordiais da sanção penal: a ressocialização”. O presidente destacou que a finalidade maior da metodologia da Apac é a humanização das prisões, por meio do trabalho e da educação. “Durante o dia, os recuperandos trabalham, estudam e se profissionalizam, evitando, desse modo, a ociosidade. Esse método tem reduzido a reincidência criminal, melhorado as condições carcerárias e diminuído o gasto de recursos públicos”.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNMP](#)

Nova regulamentação do Estatuto do Desarmamento é discutida na nona edição do programa Segurança Pública em Foco

Para tratar do tema, programa recebeu o secretário nacional de Segurança Pública, Francisco Tadeu Barbosa de Alencar, e o conselheiro do CNMP Ângelo Fabiano.

“Nosso desafio é reverter o descontrole armado. Acho que é um consenso que houve excessos nos últimos anos e que é preciso promover uma adequada regulação de armas a partir de agora.” A fala proferida na manhã dessa quarta-feira, 15 de março, é do secretário nacional de Segurança Pública, Francisco Tadeu Barbosa de Alencar, durante a 9ª edição do projeto Segurança Pública em Foco, realizado pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP).



Além disso, Alencar destacou a relevância da criação do grupo de trabalho, do qual ele é coordenador, com uma constituição diversa, com setores variados do Governo Federal, como o Ministério da Justiça, o Ministério da Defesa, a Receita Federal, a Advocacia-Geral da União e, também, atores que não fazem parte do governo e que possuem relevância no tema, como o CNMP e o Conselho Nacional de Justiça.

Para auxiliar na apresentação sobre o tema, o secretário nacional apresentou uma cronologia da questão da regulação de armas no Brasil dividida em três partes: de 2003 a 2018, de 2019 a 2022 e em 2023, e enfatizou que o decreto surge como um freio de arrumação, para fazer uma regulação responsável.

Convidado para debater o tema “Nova regulamentação do Estatuto do Desarmamento: o Decreto nº 11.366/2023 e os trabalhos do GT interinstitucional”, o secretário nacional de Segurança Pública, Francisco Tadeu Barbosa de Alencar, falou sobre os desafios que a segurança pública tem enfrentado, dando destaque aos atos antidemocráticos realizados no dia 8 de janeiro na capital do país.

O secretário ressaltou a importância da decisão política de regulamentar as armas no Brasil, tendo em vista que 70% da criminalidade violenta no país é praticada com armas de fogo. “Nosso debate sobre controle responsável de armas tem tudo a ver com o desafio enorme sobre segurança, que não é um desafio apenas do governo da união, mas sim de todo o Estado brasileiro.”

“O recadastramento que o decreto presidencial impõe a todas as armas, a partir do dia 7 de maio de 2019, é fundamental para que a gente possa mostrar que, como efeito direto da flexibilização, nós temos um desvio dessas armas”, declarou Alencar.

O presidente da CSP, conselheiro nacional Jaime de Cassio Miranda, coordenou os trabalhos. Segundo ele, “o tema é por demais importante para a segurança pública. Como representamos, eu e o conselheiro Ângelo Fabiano Farias, o CNMP no grupo de trabalho do Ministério da Justiça e Segurança Pública, encaminhamos a todos os procuradores-gerais do Ministério Público brasileiro um expediente, a fim de colher a suas sugestões e preocupações em relação à nova regulamentação do Estatuto do Desarmamento”. [...]

[Leia na íntegra. Fonte: CNMP](#)

Notícias Externas

GOV BR e TJBA



Dino celebra recadastramento de quase 70 mil armas e reforça: "Brasil não é faroeste de filme"

Ministro da Justiça e Segurança Pública apresenta resultados da nova política em relação às armas e faz balanço de ações na Terra Yanomami e em torno do 8 de janeiro



Polícia Federal recebeu quase 70 mil pedidos de recadastramento de armas desde que o decreto de 1º de janeiro, assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, determinou uma nova postura em relação ao tema no país. Ao todo, 66.488 armas de uso permitido e outras 2.474 armas de uso restrito passaram a constar em novo registro nacional, sob controle da Polícia Federal. Os dados foram apresentados pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, nesta quinta-feira (16/2).

De acordo com Dino, o decreto, que já foi julgado constitucionalmente válido pelo Supremo Tribunal Federal, tem o objetivo de estabelecer um "controle responsável" para a posse de armamentos no Brasil. O STF acatou pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspendeu nesta quarta, em decisão cautelar, todos os processos que questionavam a validade do normativo. Segundo Flávio Dino, "acabou o liberou geral" de armas. "O Brasil não é faroeste de filme", disse o ministro, que reafirmou que a perspectiva agora é da construção de um país democrático e de paz. Com um mês e meio de vigência, o decreto já produziu efeitos positivos, segundo o ministro, não apenas na legalização das armas, mas também na redução de novas aquisições.

"Observamos uma queda substantiva. Alguns números já foram divulgados, mas temos novos números sobre requerimentos de registros de armas em um número consolidado sobre janeiro. Em 2022, houve pedidos de registros de 9.719 armas. Este número, em janeiro de 2023, caiu para 3.888", relatou Flávio Dino. O recadastramento é obrigatório e terá duração até o fim de março. Após o período, o Ministério da Justiça e Segurança Pública pretende instalar uma consulta pública, ouvindo pessoas físicas e jurídicas interessadas, desde a Advocacia-Geral da União, a indústria armamentista, confederações de tiros, para a construção de uma legislação mais definitiva a partir de uma perspectiva democrática e participativa. [...]

Empresas têm até segunda (13) para envio de cotação de BodyCans



[Leia mais. Fonte: SSP](#)

A Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional (Sgto), da Secretaria da Segurança Pública, convocou as empresas interessadas em participarem da cotação de preço para o fornecimento de câmeras corporais para uso de profissionais de Segurança Pública. Os interessados devem enviar a cotação até a próxima segunda-feira (13).

As propostas dos interessados são recebidas desde a última segunda-feira (6), através do endereço de e-mail: cameras_corporais@ssp.ba.gov.br.

A pasta busca a contratação de solução integrada para captação, transmissão, armazenamento, gestão e custódia de evidências digitais obtidas pelas câmeras corporais na atividade policial.

As BodyCans serão empregadas em toda a Bahia. O superintendente da SGTO, coronel Marcos Oliveira, explicou que essa primeira etapa visa formar um referencial de preço para os equipamentos. Novas etapas preveem o parecer da Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria de Administração do Estado da Bahia e da Fazenda.

Senadores tentam desarquivar projeto sobre prisão em segunda instância

Pode voltar a ser discutido pelo Senado o projeto que permite a prisão de condenados após decisão em segunda instância, mesmo que ainda haja possibilidade de recursos em instâncias superiores. O [Projeto de Lei do Senado 166/2018](#), do ex-senador Lasier Martins, havia sido arquivado no final da última legislatura, encerrada em 2022. Na terça-feira (14), o senador Sergio Moro (União-PR) apresentou requerimento assinado por outros 26 senadores pedindo o desarquivamento do projeto.

“Conseguimos o apoio de 27 valorosos senadores e senadoras para desarquivar o projeto de lei já aprovado na CCJ que prevê a prisão em segunda instância. Um primeiro passo. Tenho certeza de que outros se somarão a esta luta”, anunciou o senador em rede social.

O projeto foi arquivado automaticamente por não ter sido aprovado pela Casa após duas legislaturas (uma encerrada no início de 2019 e a outra encerrada no início de 2023). O Regimento Interno do Senado, no entanto, prevê uma hipótese de desarquivamento. Para isso, é necessário o pedido assinado por pelo menos um terço da Casa (27 senadores) e a aprovação do requerimento em Plenário. Caso o requerimento seja aprovado pela maioria simples dos senadores, o projeto volta a ser analisado.

O texto altera o Código de Processo Penal (CPP), que condiciona o cumprimento da pena de prisão ao trânsito em julgado da condenação (esgotamento de todas as possibilidades de recurso). Para Moro, a mudança nessa regra é uma demanda da sociedade.

— Agora temos um desafio maior, que é levar o projeto de lei ao Plenário e ter aprovação. Mas é preciso estudar o melhor momento político para isso. Essa pauta é uma reclamação da sociedade. A impunidade, não só de corrupção, mas de outros crimes, é algo que afeta nosso sentimento de justiça. Algo que leva o país para trás. Vamos persistir nesta pauta, ainda que leve tempo — afirmou o senador. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: Senado Federal](#)

Proposta agrava pena de crimes cometidos em circunstâncias como saída temporária



Uso de tecnologia da SSP é destaque no Fantástico

Crimes cometidos durante saída temporária, liberdade condicional, prisão domiciliar ou em evasão do sistema prisional terão as penas agravadas. É o que propõe o [Projeto de Lei \(PL\) 476/2023](#), de autoria da senadora Damares Alves (Republicanos-DF).

O projeto altera o artigo 61 do [Código Penal \(Decreto-Lei 2.848, de 1940\)](#), ao inserir essas circunstâncias no rol de itens das agravantes genéricas. A proposta também estabelece que se o crime for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a pena será aumentada de um terço até a metade.

O projeto, segundo Damares Alves, inspira-se em iniciativa anterior do ex-senador Lasier Martins, que apresentou em 2017 o [PL 443](#), arquivado ao final da legislatura passada.

“Há muito tempo vimos notícias na mídia de casos de crimes cometidos por presos durante as saídas temporárias. Não obstante, não concordamos com os que defendem a extinção pura e simples da saída temporária, por ser ela um importante instrumento de ressocialização do preso, de modo que sua abolição implicaria prejuízo aos que possuem bom comportamento e dela se utilizam para a ressocialização. Não deve a maioria pagar pela conduta criminosa de uns poucos”, diz a senadora. [...]



[Saiba mais. Fonte: Senado Federal](#)

Um dos destaques do programa Fantástico, da Rede Globo, exibido neste domingo (26/02), foi a tecnologia de Reconhecimento Facial empregada pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP) durante o Carnaval em Salvador. A reportagem destacou que somente durante os dias de festa na capital baiana foram capturados 77 foragidos da justiça identificados pelas câmeras integradas ao sistema.

“Eles imaginavam que ficariam ao arrepio da justiça e da polícia e iriam brincar normalmente no Carnaval. Mas a polícia veio justamente para evitar esse tipo de comportamento”, disse o secretário estadual da Segurança Pública, Marcelo Werner, durante o programa. A reportagem ressaltou ainda a rapidez na checagem dos alertas emitidos pelo sistema e explicou que a ferramenta é utilizada de forma contínua, durante todo o ano.



Os criminosos capturados no carnaval tinham mandados de prisão por homicídio, tráfico de drogas, associação criminosa, roubo, estelionato, furto e porte ilegal de arma de fogo. Separando por evento, foram 46 criminosos encontrados pelo Reconhecimento Facial no circuito Dodô (Barra/Ondina), 19 no Osmar (Campo Grande), 11 no circuito Batatinha (Centro Histórico) e um no Carnaval de bairro em Itapuã.

Entre os criminosos encontrados está um ex-soldado do Exército Brasileiro, integrante de uma organização criminosa presente no bairro de Valéria. Além de homicida e traficante, ele treinava comparsas para uso de fuzil e atuação em confrontos.

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: SSP](#)

Prioridade de emprego a mulheres vítimas de violência está na pauta desta terça-feira

Na semana do Dia Nacional da Mulher, a ser comemorado em 8 de março, a pauta feminina terá destaque nas votações do Senado. Entre os quatro projetos pautados para esta terça-feira (7), está o que concede prioridade nas vagas intermediadas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) às mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar.

O [PL 3.878/2020](#), de autoria do deputado Capitão Alberto Neto (Republicanos-AM), estabelece uma reserva de 10% das vagas do Sine para mulheres nessas condições; não havendo preenchimento das vagas, as remanescentes poderão ser preenchidas por mulheres, e, não havendo, pelo público em geral. O objetivo do autor é incentivar as mulheres vítimas de violência a ingressarem no mercado de trabalho.

O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em outubro de 2021. A senadora Augusta Brito (PT-CE) é a relatora.

Delegacias da Mulher

Por sua vez, retorna ao Senado o [PL 781/2020](#), do senador Rodrigo Cunha (União-AL), que propõe mais ações de fiscalização das medidas protetivas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar e estimula a criação de delegacias especializadas de atendimento à mulher (Deam) com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

O texto foi enviado à Câmara, onde foi aprovado em forma de substitutivo que determina aos entes federados o prazo de dois anos para apresentar um cronograma de criação de delegacias especializadas para mulheres, inclusive com atendimento eletrônico, além de núcleos investigativos de feminicídio e equipes especializadas.

Mulher Empresária

Aprovado na Comissão de Educação (CE), vai a Plenário o projeto de criação do Dia Nacional da Mulher Empresária, que será celebrado, anualmente, em 17 de agosto ([PL 6.553/2019](#)). Para a relatora do projeto na CE, a ex-senadora Mailza Gomes, o estabelecimento dessa data comemorativa permite que a sociedade reflita sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. A data de 17 de agosto foi escolhida pela autora do projeto, deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), para coincidir com o Dia Estadual da Mulher Empresária em Santa Catarina

Reconhecimento Facial capta mais dois foragidos da Justiça

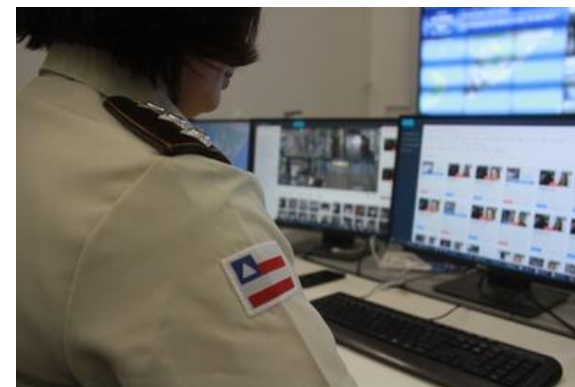
Um homicida e outro procurado por ameaça foram captados pelas câmeras inteligentes do Reconhecimento Facial, nesta segunda-feira (06/03), e acabaram presos. As capturas aconteceram em Salvador e Jequié.

O procurado por crime grave contra a vida foi flagrado ao passar em área de grande circulação no município de Jequié.

Alcançado com mais de 95% de semelhança, ele acabou capturado por equipe do 19º Batalhão de Polícia Militar e conduzido para a 1ª Delegacia Territorial da cidade.

O outro preso foi localizado na capital baiana por policiais da 23ª CIPM, após alerta de mais de 90% de similaridade. O procurado por ameaça foi levado à Polinter, onde teve o mandado cumprido.

A ferramenta chegou a marca de 731 foragidos da Justiça alcançados em diferentes cidades baianas.



[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: SSP](#)

Tribunal de Justiça da Bahia torna inconstitucional que Corregedoria da PM investigue mortes causadas pelos próprios policiais

Medida foi adotada por decisão judicial e se refere aos casos intencionais. Pedido foi feito pelo Ministério Público da Bahia.



O Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) tornou inconstitucional que a Corregedoria da Polícia Militar investigue mortes intencionais causadas pelos próprios policiais. A decisão judicial, a pedido do Ministério Público da Bahia (MP-BA), foi publicada na última quinta-feira (23).

A decisão foi julgada por unanimidade por desembargadores, que acompanharam a decisão da relatora, a Rosita Falcão de Almeida Maia. A reportagem entrou em contato com a Segurança Pública (SSP-BA) e aguarda um posicionamento. A decisão cabe recurso. Até julho de 2019, as investigações de assassinatos cometidos por policiais em atividade eram de competência da Polícia Civil. Depois disso, os policiais passaram a responder por meio do Inquérito Policial Militar, instaurado pela Corregedoria.

No documento, a desembargadora destacou que essa medida viola a Constituição e defendeu que esse tipo de investigação pode tornar nula as apurações, já que são uma "grave violação ao princípio da segurança jurídica".

Rosita Maia explicou que a investigação de policiais militares, feita pela própria PM, distorce o "modelo federativo de segurança pública e atribuições investigativas de órgãos da segurança pública estadual, como praticamente subordinam a atuação da Polícia Civil à situações específicas, enquanto a Polícia Militar mantém o poder de investigar nesses casos, de forma ampla e irrestrita".

Apesar disso, os policiais militares só poderão ser investigados por mortes violentas, cometidas contra a sociedade civil, se houver um pedido do Ministério Público à Polícia Civil, ou ainda por determinação do secretário de Segurança Pública (SSP-BA) ou pelo delegado-geral da Polícia Civil.

[Saiba mais. Fonte: G1](#)



Expediente

Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP

Coordenador – Promotor de Justiça

Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe

Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social

Ana Clara de Carvalho Andrade – Estagiária de Serviço Social

Carolina Arruda SaintClair da Silveira – Assistente Técnico - Administrativo

Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo

Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração

Pablo Victor Araújo Costa – Assessor Técnico – Jurídico

Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo

Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

ceosp@mpba.mp.br



71 3103-0381

71 3103-0382

71 3103-0383



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – MPBA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL - CEOSP

5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui

